

**Jovens da UGT
Combatem precariedade**

15

Quem
faz-se
geminando**FEBASE**Crise arrasa saúde
dos trabalhadores**Helena
Carvalheiro***"O sindicato único é
uma inevitabilidade"***Conselho Geral aprova
convenções coletivas**

8





Ficha Técnica

Propriedade:

Federação do Setor Financeiro
NIF 508618029

Correio eletrónico: revista.febase@gmail.com

Diretor:

Delmiro Carreira – SBSI

Diretores Adjuntos:

Carlos Marques – STAS
Helena Carvalheiro – SBC
Horácio Oliveira – SBSI
Teixeira Guimarães – SBN
Tomaz Braz – SISEP

Conselho Editorial:

Firmino Marques – SBN
Jorge Cordeiro – SISEP
Patrícia Caixinha – STAS
Rui Santos Alves – SBSI
Sequeira Mendes – SBC

Editor:

Elsa Andrade

Redação e Produção:

Rua de S. José, 131
1169-046 Lisboa
Tels.: 213 216 090/062
Fax: 213 216 180

Revisão:

António Costa

Grafismo:

Ricardo Nogueira

Execução Gráfica:

Xis e Ére, Lda.
xer@netcabo.pt
Rua José Afonso, 1 – 2.º Dto.
2810-237 Laranjeiro

Tiragem: 60.443 exemplares (sendo 5.443 enviados por correio eletrónico)

Periodicidade: Mensal

Depósito legal: 307762/10

Registado na ERC: 125 852

A publicidade publicada e/ou inserta na Revista Febase é da total responsabilidade dos anunciantes

18 SISEP – Profissionais de Seguros

20 SBSI – Bancários do Sul e Ilhas

22 SBC – Bancários do Centro

25 STAS – Actividade Seguradora

28 SBN – Bancários do Norte

ENTREVISTA | HELENA CARVALHEIRO

"As mulheres têm uma forma diferente de encarar os desafios"
De tesoureira a presidente

4
7

CONSELHO GERAL | ESTRATÉGIA PARA 2017

Plano de Atividade e Orçamento aprovados

8

QUESTÕES | JURÍDICAS

Ainda o cálculo e raciocínios na pensão de reforma do pensionista bancário

11

CONTRATAÇÃO | SEGUROS

Mediação e corretagem: retrocesso no processo negocial

12

CONTRATAÇÃO | BANCA

Concluído AE da Oitante
ACT para a Parvalorem continua em negociações

13
13

SINDICAL | ATUALIDADE

Diálogo Social: Esgotamento profissional preocupa sindicatos

14

JUVENTUDE | UGT

UGT e Governo em sintonia no combate ao desemprego jovem

15



Horácio Oliveira

Os sindicatos não aparecem (ou aparecem pouco e só de alguns setores) e, cada vez menos, têm meios para se impor. Por outro lado, não despertam a atenção dos potenciais sócios

A gestão...

Morreu Mário Soares. Após tudo o que já foi dito, escrito, retratado, lembrado e sabendo que um Homem da História, nossa, do mundo, irá continuar a estar presente em diversas ocasiões, irá ser (re)lido e (re)pensado e continuará a suscitar as mais diversas opiniões, muitas vezes antagónicas, resta vergar-me perante o que foi e o que representa.

O Sindicato dos Bancários do Centro foi a eleições intercalares para a sua Direção. A todos os eleitos, em especial à nova presidente da Direção, Helena Carvalheiro, sinceros votos de um frutuoso trabalho político sindical e de um entendimento que reforce o papel do SBC, designadamente ao nível das organizações que integra.

Virou o ano. Esperar que no nosso País o sindicalismo possa evoluir constitui um pensamento positivo que, infelizmente, não me parece que vá acontecer. Se por um lado o “movimento sindical” não demonstra querer romper com amarras de décadas, por outro, cada vez menos se perspetiva que os trabalhadores por conta de outrem queiram alterar a sua legítima interrogação sobre o como se está mais protegido sendo sindicalizado.

O papel dos sindicatos é fundamental nesta relação dúbia que “contrapõe” os trabalhadores e os seus putativos representantes que, apesar do efetivo empenho que vão tendo, não têm conseguido desarmar o imbróglio que foi sendo criado desde há décadas.

Os sindicatos não aparecem (ou aparecem pouco e só de alguns setores) e, cada vez menos, têm meios para se impor. Por outro lado, não despertam a atenção dos potenciais sócios.

Já não é só uma questão de confiança. É de oferta!

Há muitos anos, um grande Homem que tive a oportunidade de conhecer e com quem privei, um democrata, um mutualista, um gestor de mão-cheia, um ser verdadeiramente solidário disse-me no seu gabinete de trabalho: “Nos dias de hoje já ninguém investe, altruisticamente, em opções mutualistas. Investem, sim, na perspetiva de obterem um melhor retorno.”

É com esta realidade que os sindicatos se confrontam e sobre ela que necessitam de se transformar.

Será 2017 o ano do recomeço?
Bom Ano.



Presidente do SBC

“As mulheres têm uma forma diferente de encarar os desafios”

A revista Febase inicia nesta edição um conjunto de entrevistas com os presidentes dos Sindicatos da Febase. Recém-eleita para dirigir os destinos do Centro, Helena Carvalheiro é a primeira mulher a assumir o cargo no universo bancário – o que considera uma vantagem para conquistar equilíbrios. Defensora do diálogo e da negociação, propõe uma atitude ativa para combater a incerteza laboral no setor. Quanto à constituição do sindicato único, é clara: trata-se de uma inevitabilidade. E a quem tem dúvidas, deixa o desafio: perguntem aos sócios

Texto | Delmiro Carreira e Elsa Andrade

P – Como se sente por ser a primeira mulher a ocupar a presidência de um sindicato de bancários? Ou o facto de ser mulher não tem qualquer importância?

R – É importante, sim. Penso que uma mulher pode levar a presidência do sindicato (ou qualquer outra função) com mais diálogo, uma certa calma (acho que sou uma pessoa calma) e equilíbrio entre as várias partes. Nem todas as pessoas poderão estar sempre de acordo, mas o facto de ser mulher pode impor, ao mesmo tempo, um certo respeito e um maior equilíbrio. Não estou neste lugar por ser mulher, mas o facto de sê-lo vai ajudar-me nestas funções, as mulheres têm uma forma diferente de encarar os desafios.

P – Assume o cargo quando entra em vigor um novo ACT, com profundas alterações relativamente ao anterior. Como encara esta questão?

R – O ACT é diferente daquele que foi negociado há muitos anos. O mundo mudou, a banca mudou, os sindicatos estão a mudar diariamente e a negociação do ACT vem exatamente na sequência de uma série de mudanças que surgiram no setor bancário, nomeadamente a redução de postos de trabalho e encerramento de balcões.

P – Sente-se confortável com esta convenção coletiva?

R – Não sendo a convenção ideal, foi a possível numa altura muito difícil de negociar para os Sindicatos. Não sendo perfeito, é o acordo que se conseguiu face a um mercado de trabalho que se alterou, com todas as consequências que daí surgiram.

MINIMIZAR PERDAS

P – Um dos principais problemas do setor é a redução de postos de trabalho. O que podem fazer os Sindicatos perante o que parece ser uma inevitabilidade?

R – O espaço dos Sindicatos sempre foi e será conseguir o maior número de direitos para os trabalhadores bancários através da negociação. A maior preocupação é defender os postos de trabalho – neste momento, qualquer colega que esteja num balcão não sabe se amanhã o chamam para uma rescisão ou uma saída antecipada para a reforma. O papel dos Sindicatos é minimizar estas situações.

Outro facto que nos preocupa muito, independentemente de ser o banco A ou B, é a pressão excessiva para a concretização de objetivos. Hoje as pessoas não estão preocupadas com o facto de terem de trabalhar mais, mas com a pressão diária para concretizarem objetivos, feita através de contactos quase ao minuto sobre os produtos que já se venderam.

P – O recurso ao outsourcing não terá influência nessa questão?

R – Claro que o recurso ao outsourcing de alguma forma reduz a atividade dos balcões e dos bancos. E essa é uma área em que os Sindicatos devem estar presentes para minimizar a perda e a precariedade.

P – A pressão para atingir objetivos é um problema que ultrapassa fronteiras. A UNI tem tentado negociar um caderno de salvaguarda, embora pouco tenha avançado. Acha possível os Sindicatos em Portugal terem algum sucesso?

R – É melhor os Sindicatos atuarem de alguma forma a nada fazerem. Com a crise e a reestruturação dos bancos, é evidente que o negócio bancário diminuiu e o acionista pretende sem-

pre ter o maior lucro. Os sindicatos têm a obrigação de alertar as instituições para a forma como está a ser exercida a pressão.

P – A redução de postos de trabalho ainda não terminou?

R – Provavelmente a reestruturação dos bancos ainda não terminou, o que está, também, relacionado com o crescimento económico do País. No entanto, uma série de políticas recentes estão a alterar o panorama português. Não sabemos quanto tempo vai demorar, mas se houver crescimento económico, se as empresas tiverem incentivos ao investimento, os bancos também terão mais negócios e, de alguma forma, poderão estabilizar os processos de reestruturação, sendo que infelizmente a tendência será para a diminuição de postos de trabalho.



NACIONALIZAR, TALVEZ

P – A maioria dos bancos está numa situação difícil, nomeadamente o Novo Banco. É a favor da sua venda ou da nacionalização?

R – Não concordo com a venda só por si e a um preço mínimo, que implicaria um acréscimo para os contribuintes em geral e para os bancos que estiveram no Fundo de Resolução. Defendo a nacionalização temporária do banco.

P – Mesmo face à situação em que se encontra a CGD?

R – A situação da CGD já está encaminhada. Há uma nova administração, com todas as condições para fazer um bom trabalho.

P – Tem entrado muito capital estrangeiro nos bancos portugueses. Isso preocupa-a ou acha que é bem-vindo?

R – Num mundo cada vez mais global essa questão não me preocupa, sobretudo se a CGD tiver condições para continuar a ter uma posição expressiva no mercado financeiro em Portugal e se os novos acionistas respeitarem os direitos dos trabalhadores.

CONQUISTAR SÓCIOS

P – A redução de postos de trabalho acarreta também a redução de sócios nos Sindicatos. Qual é a situação do SBC e como encara essa questão?

R – Para sobreviverem, os sindicatos em geral e o SBC em particular têm de acompanhar uma série de mudanças e reorganizarem-se. Os sócios mais novos estão afastados do ►



► sindicalismo, não se revêem em qualquer ação de luta. No caso do setor bancário, apenas se preocupam com a questão das comparticipações, fruto de uma sociedade cada vez mais individualizada, onde se pensa mais no “eu” e muito pouco no “nós”. Essa é a principal preocupação dos Sindicatos.

Mas é claro que as reestruturações e consequente redução de trabalhadores têm conduzido à diminuição de sócios em todos os Sindicatos e o SBC não escapou. A continuação dos sindicatos só é viável se conseguirem reorganizar-se e reduzir os custos da sua estrutura de funcionamento – o SBC, por exemplo, tem uma estrutura demasiado pesada nomeadamente em termos de dirigentes. Ou seja, a diminuição de sócios obriga os próprios Sindicatos a pensarem na sua reestruturação. A tendência irreversível da perda de sócios conduzirá inevitavelmente à redução da estrutura de custos dos Sindicatos.

P – Ainda há sócios para conquistar? Não tem havido entradas na banca...

R – Há sócios de outros Sindicatos que podemos captar, temos é de valorizar o trabalho desenvolvido pelos Sindicatos Verticais. Por dificuldade de comunicação ou de transmitir a nossa mensagem ainda não conseguimos chegar aos mais novos. Para as pessoas na faixa etária até aos 40 anos as questões sindicais dizem-lhes muito pouco, e isso é triste.

DISCRIMINAÇÃO POSITIVA

P – O que mais pode ser feito?

R – Provavelmente manter uma relação de maior proximidade a esses novos bancários, tentar mostrar que os Sindicatos estão presentes para ajudar a resolver os problemas que sentem nos locais de trabalho. Devemos tentar valorizar o trabalho dos Sindicatos, pois ainda não conseguimos mostrá-lo aos sócios. É o caso das negociações do ACT, por exemplo: os bancários não se aperceberam do número de horas despendidas, das pessoas envolvidas ou do que isso custou aos Sindicatos.

P – A solução poderá passar por uma discriminação positiva, como a UGT tem proposto na concertação social?

R – Não sei bem de que forma fazê-lo, mas deveria haver uma penalização para quem não é sócio. Porque não se pode

usufruir de um direito para o qual nem sequer contribuíram. Sim, essa pode ser uma solução.

A DIFÍCIL TAREFA DE DISTRIBUIR

P – Como vê a concertação social? Muitos consideram-na um exercício mais político do que de natureza sindical. Mas concertação social temo-la nós quando nos sentamos à mesa com os patrões...

R – Vejo a concertação social como um compromisso de todos os parceiros sociais para alcançar, através da negociação coletiva, o crescimento económico do País e combater a precariedade das condições de trabalho. Já lá vão os anos em que a luta poderia ser a forma de lá chegar. Hoje é através do diálogo e da negociação coletiva que se chega a medidas que depois são úteis para o crescimento do País.

P – Num quadro de restrições, com problemas financeiros e orçamentais, há pouco para distribuir. Como distribuir o pouco que há? Com o patronato português isso é possível?

R – É possível. É evidente que patronato e trabalhadores têm objetivos diferentes, por isso tem de haver uma entidade capaz de encontrar o equilíbrio para a distribuição dessa riqueza, entre o que se produz e a forma como se distribui – esse é um dos objetivos da concertação social e a UGT tem ali um papel muito importante.

CHEGAR AO SINDICATO ÚNICO

P – Como vê a Febase hoje?

R – Vejo a Febase como um trampolim para a constituição de um sindicato único. Foi para isso que foi criada e é isso que tem de estar presente no espírito dos Sindicatos que a compõem.

P – Enquanto membro do Conselho Geral da Febase e diretor da revista, por vezes tenho a sensação que isso não está na cabeça de todos. Julgo que este debate tem de ser aprofundado...

R – Ultimamente tem havido mais dificuldades no funcionamento da Febase, é uma realidade. O setor bancário mudou profundamente, os bancos fizeram e estão a fazer

reestruturações profundas e os Sindicatos têm de acompanhar a mudança.

O sindicato único é uma inevitabilidade e seria bom que os Sindicatos tivessem presente que se não o fizerem de uma forma organizada poderão ter de fazê-lo à pressa – e então poderá correr pior.

É evidente que os Sindicatos são instituições com 80 anos, têm características próprias... e por vezes as pessoas também não querem abdicar das posições que ocupam, pensam muito individualmente e pouco naquilo que é o futuro.

A PALAVRA AOS SÓCIOS

P – Para haver um sindicato único tem de haver vontade. Vai exigir aos seus constituintes que abduquem de algumas coisas para se poder ter a potencialidade de um sindicato único. As atuais lideranças são capazes de levar isto para a frente?

R – São capazes e vão ter de ser capazes. Os Sindicatos deveriam perguntar aos seus sócios, de forma muito simples,

se querem ou não a constituição de um sindicato de âmbito nacional e assim perceberem qual é a vontade da maioria. Relativamente ao SBC, a noção que tenho é que os sócios querem um sindicato de âmbito nacional.

P – Essa pergunta a fazer aos sócios dos Sindicatos da Febase seria prévia às deliberações formais que têm de ser tomadas pelas assembleias-gerais?

R – Sim. Penso que uma grande percentagem dos sócios vai dizer que quer um sindicato único e quanto maior a representatividade mais significativa a decisão. E se esta for muito expressiva, os Sindicatos só têm de pensar: “Se os sócios querem, qual é o nosso papel aqui? Temos de concretizar”.

Mas também digo que o sindicato único coloca questões complexas, como a do património ou dos trabalhadores de cada sindicato. Por isso já defendi no Secretariado da Febase que esta fusão tem de passar pela envolvimento de consultores jurídicos e económicos externos aos Sindicatos. ▶

De tesoureira a presidente

Natural da Figueira da Foz, onde sempre viveu e continua a viver, Helena Carvalheiro tem 52 anos, é casada e tem dois filhos, um rapaz de 20 anos e uma rapariga de 14. É licenciada em Economia pela Universidade de Coimbra, onde se formou em 1989.

Bancária do Banco Santander Totta com a área da gestão de empresas, ingressou na instituição em 1991 e ali desenvolveu a sua carreira até à ida para o Sindicato.

Atualmente presidente do SBC, está na atividade sindical desde 2011, quando entrou como tesoureira e cumpriu funções até 2015. Nesse ano recandidatou-se às mesmas funções até 2019. Mas face à interrupção do mandato dessa Direção e consequente preparação do novo ato eleitoral, aceitou o repto para dirigir o SBC.

P – Como foi aliciada para a atividade sindical?

R – Como trabalhava em Coimbra, falava com algumas pessoas da então Direção do SBC. Através desse contacto e de uma conversa com o Carlos Silva surgiu a hipótese de ingressar. Na altura ainda tive algumas dúvidas, porque tinha uma carreira profissional com alguma projeção e não pensava na hipótese de sair do banco. Foi uma decisão um bocadinho difícil.

P – Foi mais difícil a decisão de entrar para o Sindicato ou de se candidatar a presidente?

R – Sem dúvida a decisão de me candidatar a presidente foi muito mais ponderada e pensada. Até porque quando ingressei na atividade sindical pedi sempre uma área que me dissesse respeito, e como tesoureira estava de alguma forma ligada à minha atividade profissional, estava perfeitamente à vontade.

Esta decisão foi muito ponderada porque não estava na minha perspetiva de vida sequer pensar que um dia fosse presidente do SBC. Mais facilmente podia ficar comodamente no meu lugar de tesoureira, muito mais segura. E de-



pois, quando temos como referência o Rui Riso ou o Mário Mourão, pessoas que têm muito experiência e um conhecimento profundo desta atividade, eu sou uma principiante. Esta área será uma novidade completa.

P – O que a levou a sair da sua zona de conforto?

R – Há situações na vida em que não podemos abandonar o barco ou deixá-lo sem rumo. Por situações não previstas alguns colegas incentivaram-me a ocupar o lugar, porque entendiam que eu era a pessoa indicada para exercer o cargo. Na altura disse que isso não estava na minha perspetiva, mas não podia abandonar o Sindicato e acabei por aceitar o desafio. ▶

Plano de Atividades e Orçamento

Os documentos aprovados em Conselho Geral indicam que a Febase continuará atenta à situação dos trabalhadores da banca e dos seguros, privilegiando a negociação coletiva.

Os conselheiros pronunciaram-se também favoravelmente sobre o AE da CGD e os ACT das Empresas do Grupo CGD, Montepio e Grupo BCP

Textos | Pedro Gabriel

Com quatro votos contra e sem abstenções, o Conselho Geral da Febase aprovou por larga maioria o Plano de Atividades e o Orçamento para 2017, na reunião efetuada no dia 28 de dezembro, em Coimbra.

Coube a Helena Carvalheiro fazer a apresentação de ambos os documentos e sublinhar que a Febase continuará a manter-se atenta à situação dos trabalhadores, não hesitando em sair em defesa dos mesmos sempre que os seus direitos venham a ser postos em causa.

OBJETIVOS

Tendo como função mais nobre a negociação coletiva, esta continuará a ser uma preocupação essencial da Federação, sem no entanto colocar de lado outras vertentes da sua atividade, nomeadamente manter a publicação da revista de informação Febase como veículo primordial na divulgação de conteúdos sindicais e de tempos livres, bem como encontrar novas formas de comunicação entre a Federação e os associados dos Sindicatos que a compõem.

As atividades de caráter lúdico, momentos de convívio e troca de experiências entre trabalhadores continuarão a ser uma realidade.

Uma novidade para 2017 passa pela aposta na formação de estruturas sindicais. (ver caixa)

ATIVIDADE SINDICAL

Ao longo do ano passado, os Sindicatos da Febase protagonizaram um relevante papel à mesa das negociações, de que resultou a assinatura do tão ansiado ACT para a generalidade do setor bancário, o primeiro com toda a banca privatizada.

O Pelouro da Contratação conta prosseguir a negociação dos Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho (IRCT), bem como insistir com as instituições que já foram subscritoras da convenção coletiva do Setor Bancário para que adiram ao ACT agora celebrado ou procedam à negociação de Acordos de Empresa (AE).

Relativamente às empresas contactadas em 2016 mas que não responderam ou responderam negativamente, pretende-se insistir na comunicação, recorrendo ao pedido de reuniões de trabalho a fim de se ultrapassarem as dificuldades atingindo o propósito da sua adesão ao ACT.

Igualmente no setor segurador, a Febase desempenhou um papel fulcral à mesa das negociações, de que adveio a subscrição do novo ACT, mais moderno e consentâneo com a realidade.

ORÇAMENTO

Helena Carvalheiro fez a explicação do Orçamento da Federação para 2017, cifrando os custos estimados em 489.950 euros, não se registando desvios significativos, quer na globalidade, quer nas diversas rubricas.

Os rendimentos orçamentados, de valor igual aos custos previstos, resultam essencialmente da venda e da publi-

aprovados



dade da revista, que totalizam 346.750 euros e das quotizações dos Sindicatos, no valor de 143.200 euros.

ACORDOS

Igualmente aprovada, com sete votos contra e cinco abstenções, foi a proposta do Secretariado para a outorga do AE da CGD e dos ACT das Empresas do Grupo da CGD, da Caixa Económica Montepio Geral, Montepio Crédito e Montepio Valor e do Grupo Millennium bcp.

A proposta contemplou também que o Secretariado possa proceder aos ajustamentos que se julguem necessários, tendo em vista a elaboração dos respetivos acordos finais e o seu posterior envio para publicação.

Paulo Alexandre explicou os traços gerais relativamente a cada acordo, subscrito pelo SBSI e pelo SBC, uma vez que o SBN fez saber que não legitimava a Febase para a sua representação.

Rui Riso, secretário-geral da Federação, explicou que o SBN enviou uma carta a informar da sua decisão.

“Foi deliberado na reunião da Direção do SBN revogar com efeitos imediatos a procuração pela qual, em 2009, o SBN delegou poderes na Febase para que esta estrutura sindical pudesse denunciar, negociar e outorgar protocolos e convenções coletivas de trabalho das quais este sindicato fosse subscritor”, pode ler-se na missiva.

AE CGD

Relativamente ao AE da CGD destacam-se os seguintes pontos:

- O AE deixará de se manter em vigor até ser substituído por outro;
- As promoções por antiguidade ficam associadas à avaliação positiva em pelo menos 50% dos anos de permanência no nível, e no Grupo I a passagem do nível 10 para o nível 11 é após a permanência de 5 anos no nível;
- O descanso compensatório só ocorre quando o somatório dos períodos de trabalho perfizer o n.º de horas igual a metade do período normal de trabalho e é remunerado nos termos da lei;

- O trabalhador que fizer caixa até 11 dias recebe 50% do abono para falhas e se fizer mais de 11 dias recebe a totalidade do valor do abono, deixando de existir o conceito de função principal e predominante;
- O trabalho suplementar é remunerado nos termos da lei;
- As despesas de deslocação em serviço passam a ser remuneradas pelos valores da Função Pública;
- Criação de um subsídio de apoio à natalidade no valor de 750€.

ACT EMPRESAS GRUPO CGD

- O ACT deixa de se manter em vigor até ser substituído por outro;
- Durante o período de estágio para nova categoria o trabalhador tem direito à remuneração do nível como se estivesse já na nova categoria;
- O direito a progressões por mérito numa percentagem anual a definir pela empresa;
- O trabalho suplementar em dia útil ou feriado é pago nos termos da lei;
- Criação de anuidades nos termos do que vigora na CGD;
- O trabalho suplementar é remunerado de acordo com o previsto na lei;
- As deslocações ao serviço da empresa equiparadas às regras da CGD, e pagas nos termos da lei;
- Criado um subsídio de apoio ao nascimento de filhos;
- Direito a mais 2 ou 3 dias de licença com retribuição em função da antiguidade na empresa;
- Pode ser concedida, a pedido do trabalhador por tempo determinado, licença sem retribuição, contando o tempo para categoria e antiguidade;
- São atualizados os valores dos subsídios infantil e de estudo.

ACT MONTEPIO GERAL

Fazem parte do ACT correspondente à Caixa Económica Montepio Geral, Montepio Crédito e Montepio Valor: ►

CONTRATAÇÃO COLETIVA NÃO PARA

No período antes da Ordem de Trabalhos, Paulo Alexandre falou sobre o AE da Oitante, explicando que o acordo para os trabalhadores encontra-se concluído, ainda que faltem alguns ajustamentos necessários.

No que diz respeito à Parvalorem, o responsável pelo Pelouro da Contratação da Febase indicou que o acordo encontra-se em fase de negociação, prevendo-se que possa ser concluído em fevereiro.

Já em relação ao Crédito Agrícola, Paulo Alexandre explicou ter havido uma reunião recente com a FENACAM, estando a Febase a aguardar o envio de um documento para que as negociações possam recomeçar.



- Criação de uma cláusula que prevê a apreciação especial dos trabalhadores que, ao fim de 5 anos, não tenham sido promovidos;
- Dispensa da assiduidade, para além do previsto no ACT, do dia de aniversário, e do 1.º dia de escola dos filhos que ingressem no primeiro ano do ensino básico;
- A idade limite da reforma passa a ser a do Regime Geral da Segurança Social, salvo para aqueles que já tenham atingido os 60 anos ou mais de idade;
- Melhoria dos Subsídios de Estudo, Infantil e Trabalhador Estudante com complementos propostos pela Administração;
- Contratualização de um seguro de saúde complementar, extensivo aos reformados nos termos de norma interna;
- Contratualização de um subsídio de apoio familiar, apoio à natalidade e um subsídio social de alojamento;
- Contratualização do complemento de mérito, que passa a integrar a RME e conta para efeitos de reforma.
- Dispensa do dever de assiduidade na tarde do dia de aniversário dos filhos até aos 12 anos e meio-dia no 1.º dia de escolaridade básica e preparatória;
- Prova da situação de doença;
- Fim do Prémio de Antiguidade e criação de um Prémio de Final de Carreira;
- Alteração da idade mínima de reforma nos termos do Regime Geral da Segurança Social;
- Reforma fora do setor bancário;
- Alinhamento da validação do regime de união de facto de acordo com a lei;
- Alteração do benefício previsto no Sub-fundo Benefício Definido em caso de invalidez total e permanente;
- Contribuições para o SAMS nos mesmos valores do ACT;
- Criação de um subsídio de apoio à natalidade;
- Adequação ao ACT do setor bancário das regras do Crédito à Habitação.

ACT DO GRUPO BCP

- Atividade Sindical nos termos do ACT para o setor bancário, mantendo os tempos inteiros atualmente em vigor;
- Progressão de nível salarial com promoções por mérito de 16% para o GI, do N5 ao N9;
- Apreciação especial dos trabalhadores que não foram promovidos ao fim de 5 anos, nos termos da cláusula 21.ª (cl.ª 22ª);
- Alteração das regras em caso de falhas de caixa;
- Alteração do horário de trabalho no caso de encerramento das sucursais;

SINDICATO ÚNICO

O ano de 2016 ficou marcado também pela entrega, em meados do ano, do projeto de estatutos pela Comissão nomeada pelo Secretariado da Febase, tendo em vista a criação de um sindicato único. Em 2017, a esperança mantém-se, esperando-se que venham a ser tomadas decisões que impliquem alterações no modo de funcionamento da Febase.

No entanto, Rui Riso explicou que este projeto não pode ser dissociado do ritmo próprio das organizações que o suportam, nomeadamente quando existem processos eleitorais. “Achar que as eleições no STAS, no SBC ou no SBN ficam suspensas à espera do sindicato único é um equívoco”, frisou.

RISCO

Ainda sobre este tema, Delmiro Carreira, coordenador da Comissão responsável pelo projeto de estatutos da futura organização, deixou críticas a todos os que, nos últimos dez anos, trabalharam para destruir a Federação. “Há de todos, de Norte a Sul, que querem acabar com a Febase, que gostam muito das suas capelinhas, que acham que é melhor ser rei aqui e acolá do que monarca em algo mais amplo. Todos esses têm a sua responsabilidade no processo de autodestruição em que está a Febase. Este Conselho Geral, marcado pela ausência de representantes do SBN, poderá ter sido o princípio do fim da Febase”, disse. ▶

NOVO PROJETO

A sindicalização é uma das prioridades da Febase e, com base nesta premissa, a Federação vai avançar com um novo projeto denominado de FORMAFEBASE, que visa prestar formação às estruturas sindicais, contribuindo para o enriquecimento, desenvolvimento e aprimoramento pessoal e profissional das pessoas que as compõem.

Para este ano estão previstas as seguintes atividades:

- Workshops em diversas áreas: inteligência emocional; comunicação; liderança; motivação e gestão de equipas;
- Diversas ações de formação dirigidas a representantes sindicais.



Ainda o cálculo e raciocínios na pensão de reforma do pensionista bancário

Supremo Tribunal de Justiça reitera posição defendida pelos Sindicatos

Texto | Ricardo Clara*

Como já abordamos anteriormente (mas convirá recordar), o Contencioso/Serviços Jurídicos (SJ/CTC) do Sindicato dos Bancários do Norte viu-se recentemente a braços com uma interessante e importante questão quanto ao modo de cálculo do valor que o pensionista bancário tem que entregar ao Banco em cumprimento da cláusula 115.^a do ACT para o Grupo BCP – e nesse caso em concreto que já citámos, um associado do SBN via a totalidade da sua pensão de reforma que auferia do Centro Nacional de Pensões absorvida pelo BCP, quando havia tido uma carreira contributiva com 3 momentos distintos de descontos: i) 5 anos de Serviço Militar Obrigatório; ii) 37 anos de descontos para a CAFEB; iii) 2 anos e 7 meses de descontos para a Segurança Social enquanto trabalhador bancário, após a integração daquela nesta.

É nosso entendimento que ao Banco não assiste razão, devendo ser efectuado um cálculo pro-rata (ou regra de 3 simples pura) onde se encontre o peso dos 2 anos e 7 meses de descontos para a Segurança Social na pensão de reforma que lhe foi atribuída pela previdência, que partia de uma totalidade global de 8 anos de descontos para a taxa de formação da pensão (que, no caso, levaria a que o Banco tivesse direito a fazer seu o valor respeitante a 37,50% da pensão da Segurança Social, e não a totalidade).

Nessa medida, o SJ/CTC do SBN agiu judicialmente junto dos tribunais, de modo a resolver o diferendo que se mantinha, e cuja resposta era órfã na jurisprudência portuguesa.

Em sentença de primeira instância o Tribunal de Trabalho deu razão ao trabalhador, condenando o Banco a pagar ao bancário na reforma o diferencial entre a totalidade da pensão e os referidos 37,50% a que tem direito, desde a data da atribuição da pensão até ao trânsito em julgado, e no futuro proceder ao cálculo já descrito – decisão confirmada na íntegra pelo Tribunal da Relação do Porto, que em suma sintetizou os mesmos fundamentos em favor da posição por nós adoptada.

Por não se conformar com a decisão, o Banco procurou junto do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) reverter a decisão, tendo contudo o STJ atribuído total razão ao entendimento por que pugnamos desde o início, aderindo aos argumentos aduzidos e concluindo que “o banco empregador apenas pode descontar no montante da pensão prevista no ACT aplicável a parte proporcional da pensão da Segurança Social que corresponda ao período em que o trabalhador exerceu funções no sector bancário” já que “só assim é respeitado o princípio (...) constitucional, consagrado no n.º 4 do art. 63.º da Constituição da República Portuguesa, de acordo com o qual todo o tempo de trabalho contribui, nos termos da lei, para o cálculo das pensões de velhice e invalidez, independentemente do sector de actividade em que tiver sido prestado”.

É uma decisão de importância ímpar e que reforça a posição adoptada firmemente desde o início da contenda, a qual alicerça com segurança os direitos dos pensionistas e dos trabalhadores bancários. ■

**Advogado do SBN*

O autor escreve de acordo com as regras anteriores ao Acordo Ortográfico

Mediação e corretagem

Retrocesso no processo negocial



As negociações com a Apose para uma nova convenção coletiva do setor caíram num impasse

Texto | José Luís Pais

Na edição da revista Febase do mês de novembro, realçou-se o início do processo negocial com a Apose para uma nova convenção coletiva.

Infelizmente, e sem que tal se pressentisse, acontece o impasse.

E porquê? Relembrem-se alguns factos ocorridos ao longo dos últimos tempos.

Desde o ano de 2013 que os Sindicatos da Febase pretendem rever com a Apose o CCT para o setor de mediação e corretagem.

Por questões internas daquela Associação, a primeira reunião teve lugar somente no dia 12 de maio de 2015 e desde essa data registaram-se apenas mais duas reuniões, sem qualquer apontamento efetivamente digno de realce.

Na primeira reunião, e por proposta da própria Apose, foi afirmado que iria proceder à entrega de um projeto de negociação durante o mês de julho, de forma a que em setembro daquele ano se iniciasse então a negociação para que no mês de novembro a negociação fosse concluída. De boas intenções...

Vem também a propósito salientar-se o que numa conferência internacional organizada pela Apose em 2014 ficou então registado por esta Associação: o CCT para o setor é um instrumento de regulamentação coletiva de trabalho aplicável à atividade, o qual constitui uma valiosa ferramenta de gestão de recursos humanos ao dispor dos associados.

REUNIÃO ANULADA

Entretanto, a Apose fez chegar aos Sindicatos, em outubro transato, uma proposta de CCT, que chegou a ser abordada pelos parceiros sindicais numa reunião efetuada naquele mesmo mês. Surpreendentemente, a cinco dias de nova reunião, resolveram anulá-la com o pretexto de irem efetuar um inquérito e sondagem junto dos associados sobre a contratação coletiva aplicável ao setor, de modo a reforçar o conhecimento nesta matéria e legitimar as posições da Associação no âmbito do processo negocial.

Este novo retrocesso na negociação dura agora há três meses, não havendo até ao momento qualquer informação, pelo que os Sindicatos fizeram, através de ofício, mais uma tentativa para que finalmente, e formalmente, se inicie a revisão do CCT para o setor da mediação e corretagem.

TEMPO URGE

Os Sindicatos da atividade seguradora querem manter uma postura de serenidade, que permita uma negociação profícua e proveitosa, evitando um clima de instabilidade.

Este posicionamento, no entanto, não os impede de denunciar frontalmente a atitude da Apose em não iniciar a negociação, ao contrário das promessas feitas em tempo oportuno pelo seu presidente.

A negociação encontra-se, assim num impasse, mas o tempo urge! É forçoso que a Apose se afirme e corrobore a intenção manifestada na Conferência de há três anos.

O impasse que se verifica, imposto pela Apose, é revelador de uma total falta de respeito pelos colaboradores, aos quais se deve o progresso e o desenvolvimento das suas representadas. É também uma prova de força inaceitável e intolerável, pelo que merece a indignação e o protesto dos parceiros sindicais.

Os Sindicatos querem negociar e ainda acreditam que a Apose também queira, e não prescindirão de obter um novo CCT, qualquer que seja o caminho a trilhar. ▀

Concluído AE da Oitante

O documento está finalizado e pronto para ser submetido à aprovação dos Conselhos Gerais

Textos | Inês F. Neto

Os Sindicatos da Febase e a administração da Oitante chegaram a um acordo de princípio sobre o Acordo de Empresa (AE) para os trabalhadores da empresa.

O documento agora concluído foi elaborado tendo por base o ACT da banca, com exceção das matérias específicas do setor face às características da empresa. É o caso, por exemplo, da concessão de crédito à habitação.

Entre as matérias que se mantêm inalteradas no AE relativamente à convenção coletiva dos bancários é o direito ao SAMS.

O acordo alcançado será agora submetido à apreciação dos Conselhos Gerais dos Sindicatos e, posteriormente, levado à aprovação do órgão congénere da Febase.

PROTOCOLO

Já após a conclusão do Acordo, os Sindicatos da Febase foram confrontados pela Oitante com a necessidade da empresa de implementar um programa de redução do número de trabalhadores.



Face a esta situação, a empresa propôs aos Sindicatos a elaboração de um protocolo com vista à salvaguarda da assistência médica aos trabalhadores que optem por rescisões por mútuo acordo.

O protocolo está a ser debatido individualmente com cada Sindicato. ▶

ACT para a Parvalorem continua em negociações



Os Sindicatos da Febase mantêm o objetivo de alcançar um Acordo o mais parecido possível com a convenção coletiva do setor bancário

As negociações prosseguem entre a Febase e a administração da Parvalorem para a obtenção de um ACT que abranja a totalidade dos trabalhadores da empresa.

O documento está a ser elaborado com base na convenção coletiva da banca, embora tendo em conta as limitações que decorrem do facto de se tratar de uma empresa do setor empresarial do Estado, ou seja, sujeita às contenções impostas pelo Orçamento do Estado.

No entanto, os Sindicatos têm defendido que o Acordo seja, tanto quanto possível, semelhante ao ACT do setor. Nesse sentido, estão já garantidas algumas matérias, entre as quais o direito ao SAMS, que manter-se-á inalterado.

Alguns temas continuam bloqueados por força das regras do Orçamento do Estado, embora os Sindicatos insistam na sua inscrição no ACT da empresa, face à promessa governamental de em próximo OE deixar cair tais limitações.

A Febase continuará empenhada em alcançar o melhor acordo para os trabalhadores da Parvalorem, que estão na iminência de deixarem de estar abrangidos por qualquer convenção coletiva caso não haja acordo.

Oportunamente e logo que se registre qualquer evolução significativa, os Sindicatos darão conhecimento do documento aos trabalhadores a que se destina. ▶

Diálogo Social

Esgotamento profissional preocupa sindicatos



No quadro do Diálogo Social, dirigentes do BCE e sindicatos debateram a implementação do Mecanismo Único de Supervisão, reforçando a importância dos trabalhadores na recuperação da confiança no sistema bancário europeu e partilharam preocupações com as condições laborais

Texto | Pedro Gabriel

Vários representantes sindicais dos Bancos Centrais Nacionais (BCN) e quadros dirigentes do Banco Central Europeu (BCE) estiveram reunidos em Frankfurt entre 14 e 16 de novembro. Mario Draghi e Sabine Lautenschlaeger presidiram às respetivas sessões de abertura.

Portugal esteve representado por Elizabeth Barreiros, membro da Comissão Sindical do SBSI no Banco de Portugal. A convite do BCE, na qualidade de observador esteve também o diretor de Recursos Humanos do BdP, Pedro Raposo.

ESTABILIDADE

No seu discurso, Mario Draghi fez referência ao papel desempenhado pelo BCE na estabilidade de preços e na re-

cuperação e crescimento económicos da área do euro, salientando a relevância da criação do Mecanismo Único de Supervisão (MUS), que conferiu novas competências nesta área ao BCE.

O presidente do BCE sublinhou a importância dos trabalhadores dos BCN e do BCE na implementação deste sistema complexo em tão curto período, contribuindo para a estabilidade financeira e consequente reconquista da confiança dos cidadãos no sistema financeiro da Europa.

IMPORTÂNCIA

Quando questionado sobre o futuro previsível dos BCN, Mario Draghi apresentou um cenário em que estas instituições terão um papel importante a nível da supervisão dos setores bancário e segurador, abrindo, assim, uma porta ao alargamento das suas atividades de supervisão ao sistema não bancário (desintermediação financeira).

Draghi mostrou-se igualmente a favor da aproximação entre autoridades de proteção de consumidores e de supervisão, antecipando um papel muito importante dos BCN neste campo.

DESAFIOS

Sabine Lautenschlaeger, por sua vez, sublinhou os enormes desafios que o BCE enfrenta com a implementação do MUS. "Conseguir coordenar diferentes legislações, traduções e modelos de supervisão é um grande desafio. Confrontamo-nos com novos métodos de trabalho que exigem um espírito de equipa muito forte e fluxos de comunicação transversal", disse.

Por fim, reconheceu tratar-se "de um ambiente com uma carga excessiva de trabalho e de stresse, onde há muito a melhorar".

STRESSE

Em ambas as sessões, seguiram-se debates abertos e construtivos entre os diversos representantes sindicais e o BCE, com especial foco nas condições de trabalho, onde continuam a verificar-se situações frequentes e graves de esgotamento profissional (burnout).

Conscientes na atual fase de aprendizagem, o BCE e, em particular, o Supervisory Board, tendo em conta os relatórios apresentados pelos representantes dos trabalhadores, refletiram sobre algumas iniciativas na perspetiva de trazer uma maior estabilidade para o seio do SEBC.

É neste contexto que surge o projeto Crescendo, através do qual o BCE pretende reforçar a colaboração e a criação de uma identidade comum no seio do SEBC. ■



Vieira da Silva e Miguel Cabrita, ladeados pelos jovens sindicalistas europeus

UGT e Governo em sintonia no combate ao desemprego jovem

O combate à precariedade foi o principal ponto da reunião entre a Comissão de Juventude da UGT, o ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e o secretário de Estado do Emprego

Texto | Pedro Gabriel

No âmbito de uma reunião sindical entre o Secretariado do Comité Jovem da Confederação Europeia de Sindicatos (CES) e os jovens líderes sindicais das centrais sindicais portuguesas, espanholas e italianas, a Comissão de Juventude da UGT solicitou uma reunião ao ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, José António Vieira da Silva, e ao secretário de Estado do Emprego, Miguel Cabrita, para debater a situação do emprego jovem nos países do sul da Europa.

A Comissão de Juventude da UGT fez-se representar por Bruno Teixeira e Ângela Filipe, respetivamente presidente e vice-presidente. A delegação internacional foi liderada pelo presidente do Comité Jovem da CES, Tom Vrijens.

MEDIDAS

Na reunião, a Comissão de Juventude entregou aos representantes do Governo o seu Caderno Reivindicativo para a Juventude, cujo ponto central é o combate à precariedade.

O documento é transversal às várias áreas consideradas essenciais para melhorar as condições laborais dos jovens trabalhadores portugueses, nomeadamente as políticas

ativas de emprego, o combate ao desemprego, a Garantia Jovem, a formação/educação, a mobilidade, a precariedade e a negociação coletiva.

Entre as principais matérias estão a necessidade de um apoio efetivo à contratação jovem a tempo indeterminado, a ligação dos estágios profissionais à criação líquida de emprego – prevendo que por cada três estágios profissionais a que uma empresa recorra exista a obrigatoriedade da criação de dois postos de trabalho.

Ainda no Caderno Reivindicativo, está contemplada uma maior regulamentação do recurso ao outsourcing e ao trabalho temporário, a coesão territorial e a criação de um programa que promova uma justa transição geracional nas empresas, o Contrato de Gerações. ■

MEYTUN, UMA NOVA REDE DE COOPERAÇÃO

Os jovens oriundos dos sindicatos dos países do Mediterrâneo decidiram criar o MEYTUN, uma rede que pretende reforçar a cooperação de uma forma mais estreita e forte, uma vez que os problemas vividos são similares, desde o desemprego jovem à precariedade, passando pela falta de perspetivas.

Numa altura em que os países do norte e do sul da Europa estão divididos por um enorme fosso em termos laborais, esta rede permite aos países do sul manterem-se mais unidos e fortes na luta por condições e salários mais dignos e aceitáveis, no sentido de se equipararem em condições de igualdade com os restantes países da União Europeia.



CONCURSO FOTO FEBASE

Premiados



1º Prémio "Janela do Tejo" - Carlos Santos



2º Prémio

"Ésplendido amanhecer"
Nuno Oliveira



3º

3º Prémio

"Linhas oblíquas"
Rui Gonçalves



4º

4º Prémio

"Sunset"
Domingos Silva

Menções Honrosas



"Bailado ao entardecer"
Carlos Santos



"Orvalho"
José António Guimarães



"À espreita"
José António Guimarães



Formação profissional

O segredo está na massa

No âmbito de um dos projetos promovidos pelo SISEP, os alunos do agrupamento de escolas da Ajuda tiveram uma experiência especial no Dia de Reis. Os formandos do curso de cozinha e pastelaria ajudaram as crianças a criar miniaturas do famoso bolo-rei

Texto | Diogo Tavares

O ano de 2016 ainda não tinha acabado e o SISEP já tinha 2017 em mente. Após uma pomposa festa de inauguração das novas instalações e do jantar de Natal, o Sindicato reservou a época festiva para recarregar as baterias para o novo ano.

Há quem cite o adágio de que ano novo é vida nova. E há sabedoria nestas palavras, mas para o SISEP, um ano novo significa mais cursos, mais protocolos e mais sindicalismo.

Com este novo ano de 2017, o Sindicato vai continuar a desbravar caminho pela área sindical, investir em parcerias e pro-



tolos, lutar pelos deveres e direitos dos profissionais dos seguros e, claro, investir na formação de novos profissionais.

Assim, aos sócios, camaradas, amigos e colegas o SISEP deseja um próspero ano e todo o sucesso nas suas atividades.



(do bolo-rei)

PROJETO NA ESCOLA

E assim o novo ano chegou e com ele mais uma nova ordem de trabalhos.

Já a primeira semana de janeiro chegava ao fim quando os novos projetos levaram o Sindicato à Freguesia da Ajuda, em Lisboa.

A tarefa era oferecer às escolas do agrupamento de escolas da Ajuda uma experiência especial no Dia de Reis, no âmbito do Projeto Bip-Zip, do qual o SISEP é promotor. A solução encontrada foi buscar aos esforços do SISEP dos últimos meses para crescer enquanto entidade formadora e creditada.

NOVO CURSO

Foi nos meados do ano passado que o SISEP, dedicado a expandir o leque de áreas de certificação, colaborou com a Junta de Freguesia de Benfica para abrir o primeiro curso de Técnico de Cozinha e Pastelaria.

E isso não foi fácil, com todos os obstáculos e contratempos que vêm de um projeto empreendedor como este. Após as candidaturas, divulgação e recrutamento, o curso abriu portas na cozinha comunitária no Bairro da Boavista, em



Benfica, com uma turma de cerca de duas dezenas de formandos dedicados em formar-se nas áreas da hotelaria e turismo. E durante semanas, os formandos apuraram os seus dotes culinários diligentemente.

Eis então que pelo final de dezembro o SISEP foi contactado pela coordenadora do projeto Bip-Zip da Junta de Freguesia da Ajuda para participar nos festejos do Dia de Reis do CCR-CCR.

O SISEP já tinha sido uma entidade promotora durante os festejos natalícios na Calçada da Ajuda, e como tal estava determinado em contribuir.

FORMANDOS APOIAM CRIANÇAS

A primeira ideia do Sindicato foi a de colmatar os seus esforços em Benfica com a parceria com a Junta de Freguesia da Ajuda, e para este efeito convidou o Chefe Inácio Berlinda, da Escola de Hotelaria e Turismo, para uma encomenda maciça de bolos-rei para serem distribuídos pelos comerciantes locais e para também recriar ao vivo o seu famoso bolo-rei, em tamanho de pequenas miniaturas, para os alunos do Centro Cultural e Recreativo do Rio-Seco (CCR-CCR), com a ajuda dos formandos do Curso de Cozinha e Pastelaria.

Ao final do dia, esta experiência foi não só fantástica, mas também educativa para as crianças, que puderam participar na confeção de miniaturas de bolo-rei. Desde amassar a massa à decoração até à cozedura. E claro, os resultados foram de crescer água na boca!

O pequeno papel que o SISEP teve nesta iniciativa foi substancial e o caminho para lá chegar tribulado, mas a vida é feita de pequenos triunfos como este. ▶

Team Foot vence 1.ª fase



A jornada sete do campeonato de futsal veteranos catapultou a Team Foot para o primeiro lugar do grupo, com o pleno de vitórias

Textos | Pedro Gabriel

A última ronda do 17.º Campeonato Interbancário de Futsal Veteranos realizou-se no dia 16 de dezembro, no Pavilhão da CGD, em Lisboa.

Um dos jogos agendados opunha a equipa Portuguesa (Banco de Portugal) à Team Foot (Millennium bcp) mas não se realizou por falta de comparência dos primeiros, tendo a vitória sido atribuída à Team Foot. Com este resultado, os homens do Millennium bcp terminaram no primeiro lugar do grupo, com seis vitórias em seis jogos.

No segundo jogo, o Clube Novo Banco triunfou diante da Multinhos (SIBS), por 5-2. Destaque para Rúben Aleixo, que apontou um hat-trick. Jorge Vale e Paulo Simões fizeram os restantes tentos do Clube Novo Banco, enquanto Cláudio Oliveira e Paulo Pardelha marcaram pela Multinhos.

DE CINCO EM CINCO

Cinco foi também o número de golos com que os Leopardos (Novo Banco) brindaram a Foot-a-Mills Vets (Millennium bcp). Na primeira parte houve um golo para cada lado, por João Carvalho, a adiantar a Foot-a-Mills, e Daniel Rodrigues, a restabelecer o empate para os Leopardos.

Na etapa complementar, a equipa do Novo Banco foi mais forte, marcando por Carlos Charrua, Carlos Martins, Daniel Rodrigues e Vítor Azevedo. Os tentos de Miguel Mendes e João Pereira, para a Foot-a-Mills, foram insuficientes para um

desfecho positivo. Concluída a fase regular, a Team Foot terminou em primeiro, com 18 pontos. A Fapoc Vet foi segunda, com 16 pontos seguida da Portugais, com 12. Clube Novo Banco e Leopardos terminaram ambos com 11 pontos e também seguiram para a fase seguinte. Multinhos, com 9 pontos, e Foot-a-Mills, com 6, ficaram pelo caminho.

MATA-MATA

No dia 7 de janeiro realizaram-se os quartos-de-final, com os jogos Team Foot - Fapoc Vet, Agriteam (Açores) - Portugais, Uniteam - Clube Novo Banco e Leopardos - CGD (Madeira).

As incidências destas partidas, bem como as das meias-finais, serão feitas em futuras publicações.

Este ano, a final realiza-se no dia 21 de janeiro, no Pavilhão do Casal Vistoso, em Lisboa. ▶



Aprender a ser melhor aluno

O SBSI organizou um workshop com o professor Jorge Rio Cardoso, autor do livro "Este ano vais ser o melhor aluno! 'Bora lá?', no dia 12 de novembro, na Sala Cinzenta do Sindicato.

Durante a manhã, cerca de duas dezenas de jovens aprenderam as melhores técnicas para se tornarem melhores alunos, sem deixarem de ter tempo para se divertirem com os amigos.

Autor de várias obras, Jorge Rio Cardoso é um nome conceituado no meio educativo em Portugal, tendo ajudado, ao longo dos anos, vários alunos a superarem as dificuldades de aprendizagem.

Enriquecimento histórico e cultural

A iniciativa cultural do Sindicato continuará este ano a proporcionar aos sócios a oportunidade de conhecerem alguns dos tesouros artísticos nacionais

O Museu do Chiado é a primeira proposta desta iniciativa, com a visita a realizar-se no dia 28 de janeiro.

Já em fevereiro, mais concretamente no dia 25, é a vez de os interessados visitarem o Museu Maçónico Português, em Lisboa.

Sintra acolherá a iniciativa no mês de março, com o histórico Palácio da Pena a poder ser visitado no dia 25.

De regresso a Lisboa, a proposta do mês de abril é o Museu de São Vicente de Fora, onde os interessados vão poder conhecer o magnífico espólio deste espaço. Esta visita terá lugar no dia 29 de abril.

O Ecomuseu Municipal do Seixal (EMS) é a proposta do Convívio com Arte para o dia 27 de maio, com os participantes a



terem oportunidade de visitar a fábrica da pólvora. O dia não ficará completo sem um passeio pelo rio Tejo. Todos estes eventos têm início às 10h30.

INSCRIÇÕES

Na segunda metade do ano, à exceção do mês de agosto, também se realizarão visitas culturais, estando as mesmas ainda indisponíveis para inscrição.

No entanto, poderá garantir já a sua participação nos eventos do primeiro se-

mestre, utilizando os contactos administrativa@sbsi.pt ou fax 213 216 185.

O pagamento deve ser efetuado no ato da inscrição, através de cheque, cartão de débito ou transferência bancária. Neste caso, basta efetuar a transferência para o IBAN PT50 001 800000029506100 19 6 e enviar para a Secção Administrativa o respetivo comprovativo.

Para mais informações consulte o espaço do Convívio com Arte no sítio do SBSI em Atividade Sindical > Serviços > Tempos Livres > Atividades Culturais e de Lazer > Convívio com Arte. ▶

King

Luís Santana arranca na frente

Na primeira ronda de mais um campeonato, o concorrente do Millennium bcp foi o mais forte na totalidade dos quatro jogos realizados



A fase de apuramento de Lisboa do 11.º Campeonato Interbancário de King teve início no dia 7, com a realização da jornada inaugural, à qual compareceram 19 participantes.

Como habitualmente, a fase regional é composta por sete jornadas, cada uma com quatro partidas.

Nesta primeira jornada, o vencedor foi Luís Santana (Millennium bcp), que conseguiu 15,5 pontos. Na segunda posição terminou

José Costa (Millennium bcp), com 13 pontos, enquanto Fernando Boto (Montepio Geral) foi terceiro, com 12,5 pontos.

Tiago Nogueira (Millennium bcp), com 12 pontos, finalizou na quarta posição, seguindo-se um trio oriundo do Millennium bcp, composto por Joaquim de Sousa, António Marques e Maurício Faria, todos com 11,5 pontos.

De salientar que, na edição deste ano, o torneio contará com três novos jogadores:

Jesus Vinagre (Novo Banco), Rui Vicente (Banco BPI) e José Alves Pinto (Millennium bcp).

A próxima jornada terá lugar no dia 21 de janeiro, realizando-se as seguintes nos dias 4 e 18 de fevereiro, 4 e 18 de março e 8 de abril.

A final do Sul e Ilhas está agendada para 20 e 21 de maio, em Ferreira do Zêzere, enquanto a final nacional realizar-se-á nos dias 21 e 22 de outubro, em Tomar. ▶



Direção tomou posse

Helena Carvalheiro tornou-se oficialmente a primeira mulher a presidir a um sindicato de bancários em Portugal. A nova equipa já trabalha, consciente dos desafios futuros

Texto | Pedro Gabriel

A tomada de posse da nova Direção do Sindicato dos Bancários do Centro (SBC) decorreu no dia 23 de dezembro, no Hotel D. Inês, em Coimbra, perante muitos convidados, dos quais se destacam vários dirigentes sindicais da UGT, SBSI, SBN e SISEP.

O secretário-geral da UGT, Carlos Silva, ali na qualidade de presidente da Mesa da Assembleia-Geral e do Conselho Geral do SBC, leu o auto de posse, chamando um-a-um os novos elementos da Direção que se apresentou a sufrágio a 9 de dezembro.

DESAFIOS

Formalizada a assinatura por parte dos elementos, foi a vez dos discursos, com Carlos Silva a ser o primeiro a fazer uso da palavra, explicando o processo desde a demissão global da anterior Direção e deixando uma palavra de apreço aos que cessaram funções, nomeadamente a Aníbal Ribeiro.

Para o secretário-geral da UGT, o setor bancário vive um momento particularmente difícil, com desafios que a nova

Direção irá enfrentar, como os casos do Millennium bcp, da CGD ou do Novo Banco. "Os países e as democracias existem com sistemas bancários firmes e sólidos porque eles têm um objetivo único: o de financiar a economia, as empresas, o Estado e as pessoas."

UNIÃO

Segundo Carlos Silva, os países têm tentado fugir às responsabilidades da crise, sendo que continuam a ser os trabalhadores que são chamados à responsabilidade quando se trata de reduzir custos. "Quando há necessidade de reestruturar bancos, de consolidar a economia, de responder às exigências da DGCOMP e da Comissão Europeia, a primeira coisa que está na linha de pensamento dos decisores políticos europeus e mundiais é reduzir custos e a primeira coisa que os administradores fazem é reduzir nos custos de pessoal."

A terminar, o secretário-geral apelou à serenidade e harmonia internas, reforçando a importância da união. "É fundamental estarmos unidos que é o que fazemos na UGT todos os dias, damos exemplos de coesão ao País, de unidade e harmonia, sem ninguém abdicar dos seus princípios e daquilo que defende."

ORGULHO

Na sua primeira intervenção na qualidade de presidente, Helena Carvalheiro agradeceu a todos os que a incentivaram a aceitar este desafio. "É com orgulho e humildade que assumo hoje aqui o lugar de presidente do SBC, numa Direção que não será unipessoal, onde o 'nós' aparecerá antes do 'eu'."

Para Helena Carvalheiro, a mudança diária do mundo tem consequências graves para o setor bancário, sendo necessário lutar pela manutenção dos direitos e pela defesa dos postos de trabalho. "Esse caminho será mais difícil de percorrer se estivermos sós, por isso pretendo uma relação muito próxima com os sindicatos da Febase – nomeadamente com o SBSI e com o SBN – bem como da UGT."

SINDICALIZAÇÃO

A nova presidente afirmou que continuará a defender a constituição de um sindicato nacional forte e coeso para defesa de todos os trabalhadores bancários. "Esta unificação é uma inevitabilidade face à redução crescente e continuada do número de sócios e será tanto mais vantajosa e menos dolorosa quanto mais célere acontecer."



A nova Direção e a Mesa

Relativamente ao SAMS, é intenção da nova equipa continuar a implementar medidas para a sua sustentabilidade, tornando a gestão mais profissional e eficiente.

Falando sobre a contratação coletiva, Helena Carvalheiro afirmou que o foco passa por “estancar a perda de regalia dos bancários”, explicando ainda que os sócios mais novos estão afastados do sindicalismo e de qualquer ação de luta, sendo por isso necessário “manter uma relação muito próxima com os sócios, bem como a captação de novos associados.”

RESPOSTA

O SISEP fez-se representar pelo seu presidente, que desejou um bom mandato à nova equipa, num período particularmente difícil. Para António Carlos, os sindicalistas têm a obrigação de dar resposta. “Devemos ter uma atitude e postura no sentido de as pessoas convencerem-se que os sindicatos são necessários à sociedade. O mundo seria bem pior para os trabalhadores se não fossem os sindicatos.”

Também o SBN marcou presença com uma delegação liderada pelo presidente Mário Mourão, para quem o ano de 2017 não se afigura diferente do anterior, marcado pela redução significativa do número de postos de trabalho na banca. “Ou os sindicatos dos bancários se preparam para saber interpretar a vontade daqueles que representam ou, tal como na política, perderemos a confiança daqueles que confiam em nós.”

LUTA

Para o presidente do SBN, o panorama de incerteza, de constrangimentos e de vulnerabilidades que o setor afronta não se afigura muito diferente do que até aqui se tem mostrado. “Teremos de encontrar novas formas para, em conjunto, saber estar na

luta que é muito diferente da do passado”, explicou.

Mário Mourão acredita que os trabalhadores merecem todo o empenho, firmeza e dedicação neste combate. “Jamais baixaremos os braços, por muito traçoeiro e armadilhado que seja o caminho que temos de trilhar.”

DIÁLOGO

Paulo Alexandre representou a Direção do SBSI, encorajando Helena Carvalheiro nas suas novas funções, no momento con-

turbado que se vive no setor bancário e no movimento sindical.

Para o dirigente, trabalhar na banca já foi um emprego seguro, longe da realidade atual. “Temos de conviver diariamente com isto e de ter a noção de escolher aquele que nos parece o mal menor para os trabalhadores bancários que representamos.”

Paulo Alexandre acredita que o caminho a tomar passa pelo diálogo, tendo de haver sempre uma base de confiança entre as direções sindicais e os parceiros negociais “sob pena de o entendimento tornar-se cada vez mais impossível.”



Membros da UGT e da Febase juntaram-se à Direção na cerimónia

ELOGIOS DA “CASA-MÃE”

A UGT também marcou presença na tomada de posse e a sua presidente, Lucinda Dâmaso, fez questão de referir ser este um momento feliz que reúne um conjunto de situações muito importantes. “Primeiro a tomada de posse de um grande Sindicato da UGT, uma nova direção que irá honrar o passado mas que irá fazer, no presente e no futuro, com que seja um grande sindicato no seio da Central.”

Para Lucinda Dâmaso, é uma grande satisfação ver que o SBC “tem uma mulher como a Helena, com provas dadas no movimento sindical, responsável, serena e que será, com certeza, uma grande mais-valia, não só no SBC mas em todo o movimento sindical da UGT.”

A presidente desejou que “o SBC, com uma nova Direção e liderança, não esquecendo o passado que é muito rico, consiga levar para a UGT todas as boas práticas do movimento sindical democrático.”

VI Torneio de sueca em Leiria



A Secção Regional deu o mote e não faltaram sócios a desafiar a sorte e a colocar toda a sua sabedoria ao serviço da vitória. A dupla José Silva/Carlos Confraria foi a mais feliz neste torneio com sabor a convívio

Texto | Sequeira Mendes

Sob o lema “Aparece e convive e aproveita para disputar os teus jogos preferidos”, o Secretariado da Secção Regional de Leiria organizou no dia 19 de novembro o seu VI Torneio Convívio de Sueca.

O evento decorreu em Leiria, num local muito aprazível, onde, no silêncio dos encartes, todos os jogadores tiveram oportunidade de colocar a sua sabedoria a deslizar em cima do pano verde.

É voz corrente que a sorte é decisiva em jogos de azar e esta caiu em cheio na dupla José Silva/Carlos Confraria que, diga-se a verdade, colocou também toda a sua sabedoria ao serviço da vitória.

Por volta das 17 horas foi servido um pequeno lanche que favoreceu o retemperar de forças para que a empreitada fosse levada até ao fim.

Seguiu-se uma pequena cerimónia, que se traduziu na atribuição a todos os participantes de uma lembrança que selou e encerrou a parte lúdica propriamente dita.

Esta jornada de convívio não ficaria concluída sem um belo repasto, que teve lugar no local da disputa e que acrisolou o conforto para o regresso a casa... ▶



Todos os participantes receberam uma lembrança

Passe as "pontes" connosco



O Melhor da Galiza | 22 a 25 de abril

4 dias | Pensão Completa

- 1.º Dia – Lisboa | Vigo | Santiago de Compostela;
- 2.º Dia – Santiago de Compostela;
- 3.º Dia – Santiago de Compostela | Corunha | Santiago de Compostela;
- 4.º Dia – Santiago de Compostela | Sanxenxo | Lisboa.

- Preço por pessoa, base quarto duplo (hotéis de 5*)
– 360,00 € para um mínimo de 40 participantes (*)
- Suplemento para estada em quarto individual - 90,00 €

(*) Os preços podem reduzir se o número de participantes for maior.



Marrocos o Legado Português | 3 a 10 de junho

- 1.º Dia (MP) – Lisboa | Marraquexe (Voo TP 1452 16h20/18h25)
- 2.º Dia (PC) – Marraquexe
- 3.º Dia (PC) – Marraquexe | Essaouira
- 4.º Dia (PC) – Essaouira | Safi | Azemmour | El Jadida
- 5.º Dia (PC) – El Jadida | Meknes | Fez
- 6.º Dia (PC) – Fez
- 7.º Dia (PC) – Fez | Rabat | Casablanca
- 8.º Dia – Casablanca | Lisboa (Voo TP 1439 7h00/9h00)

- Preço por pessoa, base quarto duplo (hotéis de 5 *) – 1.050,00 € para um mínimo de 24 participantes (*)
- Suplemento para quarto individual – 150,00 €
- Taxas de aeroporto incluídas, passíveis de alteração até à emissão final dos voos.
- Obrigatório passaporte com 3 meses de validade.

(*) Os preços podem reduzir se o número de participantes for maior.

Flandres | 5 a 8 de outubro

- 1.º Dia (MP) – Lisboa | Bruxelas
- 2.º Dia (Pc) – Bruxelas | Bruges | Gante | Bruxelas
- 3.º Dia (Pc) – Bruxelas | Antéropia | Malines | Bruxelas
- 4.º Dia (Pa) – Bruxelas | Lisboa

- Preço por pessoa, base quarto duplo (hotéis de 4*)
– 740,00 € para um mínimo de 18 participantes (*)
- Suplemento para quarto individual – 150,00 €

(*) Os preços podem reduzir se o número de participantes for maior.



Serviços Incluídos:

- Pequeno-almoço (Buffet na maioria dos hotéis)
- 5 Refeições (sem bebidas)
- Visitas e/ou excursões com guia local (segundo itinerário):
- Panorâmicas de Bruxelas, Antuérpia e Malines, Gant e Bruges
- Excursão de visita a Lovaina



Festa dupla nos Açores

No ambiente próprio da época natalícia, dirigentes homenagearam os sócios que se juntaram ao STAS há 25 e 50 anos

O habitual jantar de Natal dos(as) associados do STAS – Açores realizou-se no dia 10 de dezembro, em Ponta Delgada, e contou com a presença de cerca de 90 participantes.

Na oportunidade foram distinguidos os sócios que completaram 25 e 50 (prata e ouro, respetivamente) anos de sindicaliza-



Carlos Marques, acompanhado por José Maria Barbosa (Coordenador) e Cristina Viveiros, ambos da Direção Regional, homenageiam um dos associados contemplados com o emblema de 25 anos de filiação sindical

Homenagem ao sócio que completou 50 anos de filiação sindical



“Valores e luta sindical sempre firmes e atuais”

Mensagem de Natal do Coordenador da Direção Regional dos Açores

“Caros associados

Alguém afirmou que “não há satisfação maior do que aquela que sentimos quando proporcionamos alegria aos outros”.

Daí a importância de encontros com outros, que nos dão inspiração e coragem para se fugir às rotinas do dia-a-dia. Na verdade, sem a alegria do Natal, a humanidade e todos nós aqui presentes jamais compreenderemos o significado da simpatia e o amor expressos na alegria do convívio, pois a melhor mensagem de Natal não resulta do facto de recebermos um presente, mas da alegria expressa no calor do abraço dos amigos e da família presentes e em festa.

A Direção do STAS – Açores quer sublinhar precisamente a importância especial desta ideia, para que o Natal faça renascer cada vez mais a alegria do encontro de todos os membros da família sindical.

Todos sabemos que a atividade sindical passa por momentos muito conturbados e relacionados com a instabilidade da vida dos trabalhadores e das respetivas famílias, para nem mencionar as causas de todo o contexto específico da globalização, razões pelas quais não podemos ficar indiferentes. Mas os valores e a luta sindical permanecem sempre firmes e atuais, permitindo afirmar a resistência dos trabalhadores por um futuro cada vez melhor e cheio de esperança.

A Direção do STAS – Açores vem renovar o seu reconhecido agradecimento a todos quantos se associaram voluntariamente a este evento, bem como a presença novamente do Presidente Nacional do STAS, na pessoa do amigo Carlos Marques, figura de destaque do nosso sindicato.

Este encontro tem ainda por objetivo homenagear os colegas que completam 50 e 25 anos de associado sindical.

Resta celebrar a verdadeira alegria e o convívio que todos merecem.

Por isso, a Direção do STAS – Açores convida-vos a festejar e deseja a todos um santo e Feliz Natal e que o novo ano nos traga as maiores felicidades.

Boas Festas”

José Maria Barbosa

ção no STAS. Assim, o colega José Viveiro dos Reis recebeu o emblema de ouro, enquanto o de prata foi entregue aos(as) colegas Ana Beatriz Salema Bicudo, Anabela Amaral Rosa, José Duarte Franco Raposo, Joseph Scharles Nazaré, Maria Guiomar Moniz Teixeira, Mário Jorge Medeiros Couto e Silvério Manuel Azevedo.

Nas suas intervenções, José Maria Barbosa (em nome do STAS – Açores) e Carlos Marques, pela Direção Nacional, acentuaram o elevado espírito sindical dos trabalhadores de seguros da região.

Os dirigentes referiram-se ainda às dificuldades existentes – nomeadamente as que decorrem dos processos de concentração das seguradoras e que afetam, no caso da Açoreana, aquela que era a rea-



Jantar de Natal

lidade local – e deixaram a esperança de que em conjunto se caminhe na dignificação dos trabalhadores e na sua valorização profissional e pessoal.

O convívio decorreu em clima de festa ao longo da noite, não faltando os tradicionais votos de Boas Festas e um excelente Ano 2017 para todos. ▀



Conselho Geral aprova Programa de Ação e Orçamento

Os conselheiros pronunciaram-se favoravelmente sobre as propostas de ACT para o Grupo Montepio e as Empresas da CGD, bem como do AE da Oitante

Texto | Francisco José Oliveira

O Conselho Geral do SBN aprovou, com apenas sete votos contra e quatro abstenções, o Programa de Ação e o Orçamento para 2017, que foram elaborados tendo em consideração os condicionalismos resultantes do próximo ato eleitoral.

Na circunstância, a Direção informou que decidiu revogar a delegação de poderes que tinha dado à Febase, por decisão de 6 de outubro de 2009, para “denunciar, negociar e outorgar protocolos e convenções coletivas de trabalho das quais o SBN seja subscritor”.

REVOGAÇÃO DE PODERES

Com efeito, apesar daquela delegação de poderes, todas as convenções e protocolos assinados pelo SBN, depois da referida data, foram sempre sufragados ou

pelo Conselho Geral ou pela Comissão Permanente antes de aprovados pela Febase, por vontade da Direção do SBN, dignificando desta forma os órgãos estatutários, procedimento que não foi seguido por qualquer dos outros Sindicatos do setor bancário pertencentes à Febase, pois nunca delegaram qualquer poder negocial na Federação.

Atenta a esta situação – e havendo neste momento em discussão matérias de interesse relevante para os bancários, que por estes terão de ser analisadas, discutidas e sufragadas, como ainda recentemente aconteceu no Acordo Coletivo de Trabalho da Caixa Económica do Montepio Geral –, a Direção decidiu agora revogar aquela delegação de poderes.

OITANTE E PARVALOREM

No período de antes da Ordem de Trabalhos foram aprovadas cinco propostas e moções.

A primeira, apresentada pelos TSD – Bancários do SBN, manditou, com dezanove abstenções, a Direção do SBN para que continue a proceder a contactos junto do Banco de Portugal, do Governo e do Conselho de Administração da Oitante

e da Parvalorem, no sentido da manutenção dos atuais postos de trabalho; que continue a apoiar qualquer trabalhador daquelas entidades que seja vítima de um possível processo de reestruturação; que defenda junto do Conselho de Administração da Parvalorem a celebração de um acordo de empresa em termos similares aos já acordados com a Oitante; e que diligencie junto dos decisores políticos para que, caso se confirme a criação de um veículo para a resolução do crédito mal parado do sistema financeiro português, inclua os trabalhadores daquelas instituições.

A proposta considerava que os trabalhadores da Oitante e da Parvalorem são as vítimas das políticas económicas praticadas por quem competia conduzir o Banif e o BPN por caminhos de gestão prudencial; que não foi por sua vontade ou intervenção que hoje são trabalhadores daquelas empresas; e que já se encontra terminado o processo negocial para o AE da Oitante.

CONGRATULAÇÕES

As outras foram apresentadas pela TSS. A primeira congratulou-se, com dez abstenções, pela realização no Porto, nos próximos dias 25 e 26 de março, do 13.º congresso da UGT.



A terceira exprimiu, por unanimidade e aclamação, “a mais viva congratulação pela eleição de António Guterres para o cargo de secretário-geral das Nações Unidas,” formulando votos para que o exercício das funções seja marcado pela dignificação do nome de Portugal e dos “elevados princípios e valores – humanistas, de liberdade e de solidariedade –, que sempre defendeu ao longo de toda a vida e carreira política”.

A quarta congratulou-se, com dois votos contra e quinze abstenções, pela concretização do mais recente acordo assinado

na Comissão Permanente de Concertação Social, saudando a UGT pela participação na concretização do mesmo e apoiando a subscrição por parte da central.

A última manifestou, por unanimidade, “o mais veemente repúdio pela alteração da nomenclatura das funções dos trabalhadores do BPI”.

NEGOCIAÇÃO COLETIVA

No ponto relativo à negociação coletiva, foram votados favoravelmente

os documentos da Direção relativos à aprovação da proposta de ACT apresentado pelas empresas da Caixa Geral de Depósitos (um voto contra e duas abstenções), à aprovação do ACT para a Caixa Económica do Montepio Geral, Montepio Crédito e Montepio Valor (cinco votos contra e quatro abstenções) e à aprovação do acordo de princípio alcançado com a Oitante (quatro abstenções).

Por fim, a Direção fez o ponto da situação e prestou informações sobre o ACT da Parvalorem e o ACT do Millennium BCP. ▶



Eleições em abril

No início dos trabalhos, o presidente da Mesa, Alfredo Correia, informou que foram já entregues os editais que marcam as eleições para o próximo dia 20 de abril e explicou todo o processo burocrático-administrativo que terá de ser percorrido até então, no respeito pelos Estatutos.



Comissão Sindical de Reformados

Em defesa do Anexo VI

Os rumores sobre a eventualidade de aumentos diferenciados entre ativos e reformados é uma preocupação. Mas as consequências seriam tão devastadoras para os sindicatos, que a Comissão considera tratar-se de um cenário inviável

Texto | Francisco José Oliveira

Rosa Maria Santos, Renato Costa (coordenador), José Torres Lopes, Alexandre Cunha e Luís Silva foram os membros da Comissão Sindical de Reformados (CSR) com quem fizemos a entrevista.

P – Quais são as principais preocupações que neste momento se encontram no centro do debate desta comissão sindical?

R – De entre outras, avultam, sem sombra de dúvida, os rumores, cada vez mais

insistentes, de haver quem esteja a pensar na possibilidade de passar a haver aumentos diferenciados entre ativos e reformados. Nem nos passa pela cabeça, enquanto reformados que somos, que haja alguém a tentar criar essa possibilidade, até porque, como é sabido, cerca de 60 por cento da classe bancária é constituída por reformados.

P – Mas acham que uma hipótese dessas não teria viabilidade?

R – Bom, se essa ideia fosse em frente – o que não consideramos possível nem viável –, os sindicatos acabariam por ser esvaziados. Repare: a partir do momento em que deixasse de ser aplicado o Anexo VI – que diz que os aumentos dos bancários no ativo são feitos simultaneamente com os dos reformados –, isso levaria à desmotivação total desses mesmos reformados para a globalidade das atividades, incluindo eleições, conselhos gerais e as demais realizações. Ora, se alguém pensar nisso só significará que estará objetivamente a prejudicar os reformados. Consideramos uma injustiça inqualificável só o facto de se pensar nisso.

DISCRIMINAÇÃO

P – Daí as consequências que admitem poderem existir num cenário com esse...

R – Temos a certeza que existiriam mesmo e que passariam pela desestabilização total dos sindicatos verticais. Mas, sinceramente, não acreditamos que se chegue a uma afronta dessas. Esta Comissão Sindical de Reformados repudia tal pretensão e desde já estará de acordo com qualquer posição que a Direção do SBN estamos certos venha a tomar no sentido da defesa do Anexo VI, pelo que rejeita liminarmente esta tentativa de discriminação.

P – Consideram mesmo que isso seria uma marginalização dos reformados?

R – Sabe, é que com muitas dezenas de anos de atividade bancária e tendo acompanhado desde sempre o trabalho das direções do nosso Sindicato, não admitimos que aqueles que, por força da idade, passaram à situação de reforma, deixem de ser considerados bancários de corpo inteiro. Consequentemente, exigimos que



Da esquerda para a direita: Teixeira Guimarães (vice-presidente do SBN), José António Gonçalves (coordenador) e João Carvalho Silva (pelouro de Sindicalização e Dinamização Sindical), Rosa Maria Santos, Renato Costa (coordenador), José Torres Lopes e Alexandre Cunha (Comissão Sindical de Reformados)

nunca percam a qualidade de bancários, tal como lhes está conferida no atual ACT ou nos atuais AE. Mais ainda: é bom não esquecer que todo o património existente foi conseguido pelas várias gerações de bancários, incluindo pela daqueles que hoje se encontram na situação de reforma.

INICIATIVAS

P – Mudando de assunto: qual o modo de funcionamento desta comissão sindical?

R – A CSR dá, como é natural, apoio aos reformados, dentro das nossas limitações, designadamente alertando o setor do Apoio Social do SBN. Mas damos também especial enfoque às atividades recreativas e culturais. Por exemplo: desde o início do mandato já promovemos dezenas de eventos deste âmbito de todo o género, envolvendo, cada um deles, mais de duas centenas de associados. E só temos de nos congratular pelo facto de todos eles terem suscitado o agrado geral dos participantes, que, em muitos casos, sugerem e reclamam a repetição desses mesmos eventos.

P – Querem referir alguns dos mais significativos?

R – De entre as muitas viagens organiza-

tuadas a Barcelona, a Madrid e às Astúrias, entre outras, além dos cruzeiros. Mas não podemos esquecer as inúmeras realizações de convívio com a duração de um dia, no norte e no centro do País, todas elas incluindo almoço e animação musical. E há ainda a acrescentar os passeios de natureza cultural, além de numerosas visitas como ao Museu de Arquitetura e Arte Tecnológica, em Belém, e aos museus que se encontram em toda aquela área circundante. Muito boa aceitação têm tido também os chás dançantes, realizados nas nossas próprias instalações, bem como a Noite de Fados. Consideramos que tudo isto traduz um modo mobilizador de proporcionar aos reformados e respetivos agregados familiares formas ímpares de convívio, suscitando oportunidades únicas para reencontrar colegas que já se não viam há muitos anos.

“INSTALAÇÕES MAGNÍFICAS”

P – E qual a vossa apreciação sobre as instalações?

R – Queremos salientar o interesse da Direção em proporcionar aos reformados as magníficas instalações de que atualmente dispomos. Com efeito, aqui existem espaços lúdicos, recreativos e culturais, que se encontram ao dispor de todos os colegas – e não apenas dos reformados –, de segunda a sexta-feira,

das 10h00 às 12h00 e das 14h00 às 19h00. Salientamos que até as paredes se encontram embelezadas pela oferta de quadros, de autoria de colegas associados. Neste capítulo, apraz-nos registar que já aqui tivemos patentes duas exposições. A propósito: gostaríamos de solicitar a todos os colegas que possuam livros de que não necessitem ou que queiram oferecer ao coletivo bancário, que os entreguem à CSR, onde encontrarão um espaço privilegiado na biblioteca já existente e que continuará, assim e também por isso, a crescer da melhor forma.

P – Quanto às atividades de lazer?

R – Neste domínio, sublinhamos que as instalações têm vindo a aumentar de ocupação, sobretudo no período da tarde, designadamente por parte de associados que se dedicam à prática de bilhar e de jogos de mesa, bem como à utilização do computador para acesso à Internet, além da leitura de jornais diários. Curiosamente, registre-se que, por nos encontrarmos porta com porta com o posto clínico do SAMS, acabamos por nos transformar, naturalmente e com muito agrado nosso, num ponto de apoio a muitos beneficiários que vão a consultas e que nos visitam antes ou depois das mesmas. Por outro lado, é com muito agrado que registamos o facto de estas instalações se estarem a tornar cada vez mais um ponto de encontro para que muitos associados se revejem e agendem múltiplas atividades conjuntas para o seu dia-a-dia.

P – Quais as relações existentes com a Direção do SBN?

R – Esta CSR tem mantido, desde o início do mandato, relações cordiais com a Direção, nomeadamente com o coordenador do pelouro a que estamos afetos, a quem queremos, nesta oportunidade, agradecer todo o apoio e empenho na concretização de tudo quanto foi levado a cabo até ao momento.

P – Uma última nota...

R – Sim, para recordar a todos os colegas e familiares que estas instalações se encontram de portas abertas de par em par para os receber, e nós próprios, de braços abertos, para lhe dar um abraço fraterno e solidário, porque assim também se faz sindicalismo, independentemente do escalão etário em que a vida nos coloca. E, já que acabamos de franquear mais um ano, aqui ficam os votos de que o 2017 proporcione toda a felicidade possível para todos os nossos associados e membros de suas famílias. ▶



Unidos na defesa
de **80.000 trabalhadores**
do setor financeiro